

## A INSERÇÃO DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM ENFERMAGEM: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Denise Maria Luna da Silva (1); Thalita Correio Braga (2); Daiana Beatriz de Lira e Silva (3);  
Sandra Aparecida de Almeida (4)

*Universidade Federal Da Paraíba, deeluna27@hotmail.com; Universidade Federal Da Paraíba, Thalita-  
correia@hotmail.com; Universidade Federal Da Paraíba, daiana\_beatriz@hotmail.com; Universidade Federal  
Da Paraíba, sandraalmeida124@gmail.com*

### RESUMO

**Objetivo:** compreender a importância das práticas integrativas e complementares (PICs), entre os profissionais de enfermagem e analisar a partir de trabalhos publicados, como está a atuação do (a) enfermeiro (a) diante de tais práticas. **Metodologia:** A coleta de dados foi realizada na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e nas bases de dados: *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). **Resultados:** Foram selecionados 12 artigos em português, disponíveis gratuitamente, que correspondiam o período entre 2013 a 2018. **Discussão:** Os resultados demonstram que as Práticas Integrativas Complementares se tornaram uma realidade na rede de atenção à saúde pública, apontando os desafios para a ampliação e qualificação do ensino, dentre eles a inserção integrada em cursos de saúde. A maioria dos enfermeiros desconhecem o real conceito e aplicação da PNPIC e buscam capacitações na área. **Conclusão:** A aplicação da PICS surge como uma das novas práticas de atuação dos profissionais de saúde em enfermagem, fortalecendo os princípios do SUS e beneficiando toda a sociedade.

**Palavras-chave:** Terapias Complementares, Enfermagem, Serviços de Saúde.

### INTRODUÇÃO

Ao considerar o contexto histórico de cada época, pode-se observar que tanto a política, quanto a economia e ideologias contribuíram de maneira significativa no processo de operacionalização e atuação profissional de cada indivíduo. Esta transformação pode ser percebida às práticas que abrangem a saúde (RANGEL; MIRANDA; OLIVEIRA, 2016).

A adoção do Sistema Único de Saúde (SUS) pelo Brasil, permitiu que novos caminhos fossem alcançados, proporcionando avanços no campo das políticas públicas. Os princípios de integralidade, equidade e universalidade, em associação com o processo de descentralização e participação da comunidade, possibilitaram o desenvolvimento de novas práticas assistenciais que diferem do modelo tradicional de saúde (RANGEL; MIRANDA; OLIVEIRA, 2016).

No Brasil, o Ministério da Saúde (MS), buscando garantir a integralidade da atenção à saúde, constituiu a Portaria Nº 971 de 3 de maio de 2006, que aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no SUS, objetivando fortalecer os princípios e diretrizes do SUS através de um cuidado humanizado, visando à integralidade do indivíduo,

e, desta forma, promover a recuperação da saúde dos usuários desse sistema (FREITAG et. al., 2018).

As Práticas Integrativas e Complementares (PICs) são classificadas de acordo com cinco categorias: sistemas médicos alternativos, intervenções mente-corpo, terapêutica de bases biológicas, métodos de manipulação do corpo e terapias baseadas em energia. Os sistemas médicos alternativos estão voltados para a medicina clássica, através de intervenções capazes de agir sobre a mente e o corpo, aumentando a capacidade psicossomática. As terapias de bases biológicas utilizam produtos naturais, os métodos de manipulação do corpo executam movimentos corporais e, por último, as terapias baseadas em energia utilizam-se de campos energéticos que realizam a troca de energias (SILVA; CREPSCHI; MILAGRES, 2017).

Dentre as formas de cuidado reconhecidas, estão a Homeopatia, Medicina Tradicional Chinesa (MTC)/Acupuntura, Fitoterapia, Medicina Antropofilosófica, Aromaterapia, Hidroterapia, Iridologia, Massagens Terapêuticas, Meditação, Musicoterapia, Quiroterapia, Reiki, Reflexologia, Relaxamento, Terapia Floral e Toque Terapêutico (SALLES; HOMO; SILVA, 2014).

Sendo assim, tais técnicas alcançadas através das PNPIC, apresentam diretrizes e regulamentações de práticas que estavam sendo desenvolvidas por profissionais e reconhecidas pelos usuários do SUS, como um mecanismo natural de prevenção de agravos através da utilização de tecnologias eficazes e seguras, validadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que influenciam diretamente nos custos dos cuidados de saúde, no acesso à informação através da internet e movimentos sociais em prol da saúde, com o olhar ampliado para o processo de adoecimento e uma escuta acolhedora que poderá resultar em um aumento da expectativa de vida da população (PAPA,2014).

Vale ressaltar que através das PICs, é possível realizar ações de promoção da saúde juntamente com a Estratégia Saúde da Família (ESF), por meio de uma visão holística que envolva a participação das famílias nesse modelo de atenção, ao considerar as dimensões biológicas, psíquicas, sociais, culturais e ambientais. As atividades envolvem não apenas determinada patologia, mas buscam proporcionar a esses usuários uma melhor qualidade de vida, que vai muito além de procedimentos curativos (DALMOLIN; HEIDEMANN, 2017).

Neste contexto, o crescimento da população, o aumento da expectativa de vida e incorporação das PICs como novas especialidades em saúde, tem levado os profissionais de saúde a estudar estas práticas, incluindo-as como parte do processo de diagnóstico e tratamento, pesquisando-as, investigando sua eficácia e segurança, procurando obter conhecimentos necessários para orientar os pacientes/usuários sobre a melhor escolha de tratamento, como também as vantagens e desvantagens de seu uso, implementando desta forma sua assistência de maneira qualificada (TELESI JÚNIOR, 2016).

No Brasil, dentre as profissões da área da saúde, a que mais se destaca pelo reconhecimento das Práticas Integrativas e Complementares é a Enfermagem, enquanto um modo de cuidar diferenciado e complexo (SANTIAGO, 2017). Por meio do Parecer Normativo 004/95 do Conselho Federal de Enfermagem, as PICs começaram a ser mais trabalhadas pela enfermagem. Salles; Homo e Silva (2014) apontam que além de apresentar as origens das terapias alternativas, tais práticas são reconhecidas enquanto especialidade e/ou qualificação do enfermeiro, desde que tenha cursado e concluído um curso oferecido por instituição que alegue seu reconhecimento de ensino ou entidade congênere, com uma carga horária mínima de 360 horas.

Sendo assim, o Conselho Federal de Enfermagem, por intermédio da Resolução COFEN-197/97, estabelece e reconhece as Terapias Alternativas como especialidade e/ou qualificação do profissional, constituindo um importante fator de estudo e desenvolvimento das pesquisas e cuidado da área (MAGALHÃES; ALVIM, 2013).

Portanto, é relevante para o enfermeiro a realização desses procedimentos a partir do conhecimento técnico-científico e habilidades frente à implementação de práticas complementares que se adequem a realidade de cada usuário, fortalecendo o elo entre profissional/usuário/paciente/família/comunidade. Logo, cabe ao profissional a reflexão crítica, o saber ético e o agir de forma diferenciada com autonomia e ações voltadas para a integralidade do indivíduo, a partir de relações horizontais com a sociedade que envolva o cuidado e a construção de novos saberes (NASCIMENTO et. al., 2018).

Frente a essas novas perspectivas de saúde, no Brasil muitas PICs estão sendo desenvolvidas nos serviços de saúde, a partir da Portaria do Ministério da Saúde já mencionada, e que o profissional de Enfermagem pode implementar na sua prática

assistencial (MELO et. al., 2013).

Contudo, um dos principais desafios que ainda se procura alcançar é de tornar disponíveis a todos os usuários da atenção básica do SUS, além das dúvidas decorrentes a que tipo de saber sustenta a prática do enfermeiro de PICs, tanto na atenção básica como também no cuidado hospitalar. Mediante a importância da utilização dessas práticas como meio de promoção, prevenção e reabilitação dos usuários do sistema público, questiona-se: Qual a importância da inserção das Práticas Integrativas e Complementares (PICs) no Sistema Único de Saúde (SUS)? Como vem acontecendo a atuação do (a) enfermeiro (a) diante das PICs?

Diante dessas considerações surge o interesse em desenvolver uma Revisão Integrativa da Literatura (RIL), na qual se objetiva compreender a importância das práticas integrativas e complementares (PICs), entre os profissionais de enfermagem e analisar a partir de trabalhos publicados, como está a atuação do (a) enfermeiro (a) diante de tais práticas.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica do tipo Revisão Integrativa da Literatura, diante da qual consiste em um método de pesquisa que visa a síntese da produção científica sobre determinado tema em um certo período. Acresce-se que contribui na construção do saber crítico. Para esta RIL, procedeu-se as seguintes etapas: seleção do tema e dos descritores; definição das bases de dados para busca; estabelecimento dos critérios para seleção de inclusão das pesquisas; análise dos dados; interpretação dos resultados e apresentação da revisão. O levantamento bibliográfico, realizou-se por meio de consulta na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e nas bases de dados de relevância para a produção do conhecimento em saúde: Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e *Scientific Electronic Librari Online* (SCIELO).

A busca na base de dados foi realizada durante os meses de março a maio de 2018. Foram utilizados, para busca dos artigos, as seguintes palavras-chaves: “práticas integrativas”, “práticas complementares”, “enfermagem” e “saúde mental”, utilizando marcador booleano “AND”. Considerou-se ainda as publicações segundo os critérios de refinamento: publicações na área da saúde, artigos indexados nas bases de dados que retratassem a temática, textos completos, com acesso gratuito, no idioma português, e cujos autores tenham o publicado no Brasil no período entre os anos de 2013 a 2018. Foram excluídos as teses, dissertações, monografias, livros, capítulos, resenhas, notícias. Desta forma, a amostra final foi constituída

de 12 publicações que atendiam aos critérios da busca. Os resultados são apresentados de forma descritiva e fazendo uso de quadro aonde pode-se verificar os artigos selecionados para este estudo, apresentando a base de dados onde o artigo foi publicado, os títulos dos artigos, autores, revista, periódico e considerações das pesquisas. Em seguida, realizou-se a discussão das citações mais importantes de cada artigo em relação ao tema.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra final desta revisão foi constituída por 12 artigos científicos, selecionados pelos critérios de inclusão previamente estabelecidos. Destes, seis foram encontrados na base de dados *SciELO* e seis no LILACS. O quadro 1 representa as especificações de cada um dos artigos.

**Quadro1:** Publicações acessíveis nas bases de dados *SciELO* e LILACS no período de 2013 a 2018. João Pessoa, 2018.

Periódicos, volume, número e ano	Autor, título do artigo, revista	Temática
Ciência, Cuidado e Saúde, v. 16, n. 3, 2017.	DALMOLIN, Indiara Sartori; HEIDEMANN, Ivonete Teresinha Schülter Buss. Práticas Integrativas e Complementares e a Interface com a Promoção da Saúde: Revisão Integrativa.	As PICs possuem pouca visibilidade pelos profissionais, no que tange à promoção da saúde, e constituem um modelo incipiente na formação em saúde.
Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online, v. 10, n. 1, 2018.	FREITAG, Vera Lucia et al. A terapia do Reiki na Estratégia de Saúde da Família: percepção dos enfermeiros.	Constatou-se que o Reiki melhora da qualidade de vida dos profissionais, equilibrando o físico, o mental, o emocional e o espiritual.

<p>Estudos Avançados. São Paulo, v. 30, n. 86, 2016.</p>	<p>TELESI JÚNIOR, Emílio. Práticas integrativas e complementares em saúde, uma nova eficácia para o SUS.</p>	<p>As práticas em saúde são uma realidade na rede pública no país, cujo avanço é entendido um movimento que se identifica com novos modos de aprender e praticar a saúde.</p>
<p>Escola Anna Nery Revista de Enfermagem, v. 17, n. 4, 2013.</p>	<p>MAGALHÃES, Mariana Gonzalez Martins; ALVIM, Neide Aparecida Titonelli. Práticas integrativas e complementares no cuidado de enfermagem: um enfoque ético.</p>	<p>A ética implica ter acesso adequado às informações sobre diferentes possibilidades terapêuticas.</p>
<p>Revista Brasileira de Enfermagem, v.66, n.6, 2013.</p>	<p>MELO, Suzane Cristina Costa et al. Práticas complementares de saúde e os desafios de sua aplicabilidade no hospital: visão de enfermeiros.</p>	<p>Descreve o conjunto de concepções e saberes que orientam o emprego das práticas de saúde por enfermeiros.</p>
<p>Trabalho Educação saúde, abr. 2018.</p>	<p>NASCIMENTO, Marilene Cabral do et al. Formação em práticas integrativas e complementares em saúde: Desafios para as Universidades públicas.</p>	<p>Aponta desafios para a ampliação e qualificação do ensino de práticas, dentre eles a inserção integrada em cursos de saúde.</p>
<p>Revista Saúde Redes, v. 2, n. 4 p.409-417, Porto Alegre, 2014.</p>	<p>PAPA, Mayra de Araújo Brum. Práticas Integrativas e Complementares em Centros de Atenção Psicossocial: Possibilidade de Ampliação do Cuidado em Saúde.</p>	<p>Aproximar e conhecer as PICs que estavam sendo realizadas nos campos da atenção básica e da atenção psicossocial.</p>

<p>Revista de Pesquisa, Cuidado é Fundamental Online, v. 8, n. 1, 2016.</p>	<p>RANGEL, Clara Tavares; MIRANDA, Francisco Arnaldo Nunes; OLIVEIRA, Kalyane Kelly Duarte. A terapia comunitária integrativa e a enfermagem: o fenômeno e seus contextos.</p>	<p>A aplicação da Terapia Comunitária Integrativa surge como uma das novas práticas de atuação dos profissionais de saúde diante da vivência da nova proposta paradigmática.</p>
<p>Cogitare Enfermagem, v. 19, n. 4, 2014.</p>	<p>SALLES, Léia Fortes; HOMO, Rafael Fernandes Bel; DA SILVA, Maria Júlia Paes. Situação do ensino das práticas integrativas e complementares nos cursos de graduação em enfermagem, fisioterapia e medicina.</p>	<p>Nas instituições o ensino de PICs é oferecida de forma optativa, ficando boa parte dos profissionais de saúde formados sem nenhuma aproximação acadêmica com esses saberes.</p>
<p>Revista Saúde-UNG, v. 8, n. 3-4, 2014.</p>	<p>SALLES, Léia Fortes; HOMO, Rafael Fernandes Bel; DA SILVA, Maria Júlia Paes. Práticas Integrativas e complementares: Situação do seu Ensino na Graduação de Enfermagem no Brasil.</p>	<p>As PICs são reconhecidas no Brasil, mas provavelmente não há suficientes profissionais para praticá-las por falta de ensino sobre elas.</p>
<p>Revista UNICIÊNCIAS, v. 21, n. 1, p. 50-54, 2017.</p>	<p>SANTIAGO, Maria Elizabeth da Costa Felipe. Práticas Integrativas e Complementares: a Enfermagem Fortalecendo essa Proposta.</p>	<p>Com desconhecimento dos enfermeiros quanto à legislação e a falta de capacitação, existe a necessidade de introduzir disciplinas teóricas/práticas a respeito das PICs na graduação.</p>

<p>Revista Científica da FHO/UNIARARAS v. 5, n. 1, 2017.</p>	<p>SILVA, Tayane Bronzatto; CREPSCHI, Jaira Lopes Brandão; MILAGRES, Clarice Santana. O Conhecimento de Docentes de Enfermagem sobre as Terapias Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde.</p>	<p>A Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares é relativamente nova e acredita-se que seja necessária a existência de profissionais da saúde capacitados a realizá-la.</p>
--	---	--

Das publicações que compõem essa RIL, observa-se que no ano de 2013 foram dois artigos, três em 2014, dois em 2016, três em 2017 e três em 2018. Em relação aos *qualis* das áreas de avaliação dos periódicos, observou-se que três estão classificados como B2 para a Enfermagem, um B1 para saúde coletiva, dois B1 para enfermagem, um A2 para enfermagem, um B1 para saúde coletiva, um B4 para enfermagem e interdisciplinar, dois B4 para enfermagem e um B5 para engenharia. Nota-se a importância do tema que está começando a tomar evidência nas diversas áreas de conhecimento, sobretudo, na enfermagem e saúde coletiva.

Os artigos selecionados trazem em seu contexto, uma evolução histórica de modelos em saúde, originário de um processo saúde-doença tradicionalista que ao longo dos tempos vai se modificando e transformando-se em práticas mais eficientes que buscam a integralidade e a participação do indivíduo em atividades que promovem o bem-estar e a qualidade de vida.

A organização das Práticas Integrativas emergiu no Brasil a partir da década de 1980 após a criação do SUS, sendo legitimadas conforme os princípios estabelecidos por tal sistema com a descentralização e a participação popular, juntamente com o apoio dos Estados e Municípios para um maior reconhecimento das ações de saúde pública (TELESI JÚNIOR, 2016).

Para o Ministério da Saúde, o uso das Práticas Integrativas e Complementares no SUS, principalmente na Atenção Básica, promovem estratégias de promoção, manutenção e recuperação da saúde, sob uma perspectiva holística e global no cuidado de cada indivíduo, ao estimular o autocuidado e autonomia através de uma relação humanizada que busca a integralidade não só do usuário, mas também dos profissionais envolvidos e toda a família



(DALMOLIN; HEIDEMANN, 2017).

No Brasil, dentre as práticas oferecidas pelo SUS, sobressaem à medicina tradicional chinesa/acupuntura, homeopatia, fitoterapia e a medicina antroposófica além das práticas complementares, a população tem conhecimento e utiliza-se da fitoterapia para o cuidado em saúde; idosos fazem uso de plantas medicinais, habitualmente, na forma de chá, além de alguma influência familiar (DALMOLIN; HEIDEMANN, 2017).

Com o surgimento de novas patologias, e o elevado custo no tratamento das mesmas, causando assim uma grande insatisfação dos usuários com o serviço de saúde, houve a necessidade de se buscar a implementação destas práticas alternativas direcionadas ao tratamento, reabilitação, prevenção e promoção de saúde, a partir de uma nova compreensão dos modos de se viver de uma comunidade, adaptando tais práticas para realidade de cada um (DALMOLIN; HEIDEMANN, 2017).

Para que estas práticas promovam uma melhor satisfação entre usuário e profissional, se faz necessário uma comunicação de forma terapêutica e que o indivíduo que estar ali recebendo os cuidados tenha conhecimento suficiente sobre as PICs e seja sujeito da sua própria autonomia no processo de reabilitação (MAGALHÃES; ALVIM, 2013). Portanto o profissional ao prestar assistência ao indivíduo, não deve levar em consideração somente a patologia em si, mas toda história de vida e saúde do mesmo, com aspectos que envolvem tanto biológico, social, psicológico e espiritual. Diante disto, as PICs proporcionam o autoconhecimento do indivíduo, favorecendo que a própria pessoa se encontre em seu ponto de equilíbrio, tornando-se capaz de resolver determinadas situações cotidianas e emocionais (MELO et.al., 2013).

Uma especificidade apontada pelos artigos foi que embora exista por meio do Conselho Federal de Enfermagem uma resolução (COFEN-197/1997) que reconheça as terapias alternativas como especialidade e/ou qualificação do profissional de Enfermagem, os profissionais não são estimulados para o uso das PICs durante sua formação profissional, e seus conhecimentos são limitados, enfrentam obstáculos e dificuldades para consolidar essas práticas. Além disso, toda informação que possuem são de fontes informais, desenvolvidas para suprir as demandas de trabalho nas Unidades de Saúde. Para amenizar esse problema, deve-se discutir e construir estratégias de implantação das PICs na Atenção Primária com finalidade de promover a saúde dos usuários, família e comunidade, sua autonomia, cuidado

físico, mental e espiritual (DALMOLIN; HEIDEMANN, 2017).

A deficiência existente entre as Práticas Integrativas e Complementares no âmbito do SUS, que permeiam desde a formação profissional até a assistência prestada ao indivíduo na Atenção Básica, ou até mesmo no âmbito hospitalar, contribui de forma significativa para uma carência de conhecimento por parte do usuário/paciente que estar recebendo o cuidado e da qualificação ineficiente dos profissionais envolvidos. Desta forma, ocorre uma limitação entre os pacientes sobre o benefício destas práticas (NASCIMENTO et.al., 2018).

Além disso, o (a) Enfermeiro (a) ao desconhecer essas práticas, ao orientar o paciente, fere um dos princípios do SUS, a integralidade no cuidado, como também lhe falta a propriedade de conhecimento a respeito das vantagens e desvantagens no seu uso para aqueles pacientes que já fazem o uso, ou que querem utiliza-las, como por exemplo, o uso de fitoterápicos, ferindo o Código de Ética de Enfermagem (SALLES; HOMO; SILVA, 2014).

Contudo, as PICs têm grande valor para o sistema público de saúde, pois proporciona melhor enfrentamento das dificuldades, ajudam no tratamento de vários transtornos psiquiátricos, são terapêuticas, melhoram a autoestima, convívio social, diminui a ansiedade, sintomas de depressão, mantem o equilíbrio, coordenação motora e desempenho físico e, ao estudá-las, percebe-se que na maioria dos casos essas são mais eficazes do que o uso de alguma medicação. Esta explicação se dar a partir do convívio do profissional e do usuário, que sob esses aspectos vivenciam de acordo com a terapêutica, novas experiências que vão melhorar a qualidade de vida de ambos (PAPA, 2014).

Daí a necessidade de debater a formação profissional do Enfermeiro (a), e introduzir conteúdos e qualificações nessa área, fortalecendo desta forma os princípios do SUS. É importante para o Enfermeiro (a) adaptar as atividades terapêuticas a sua realidade de acordo com a necessidade dos usuários. Diante disso, o profissional de Enfermagem está pronto e respaldado para implementar essas práticas, na atenção primária de saúde ou no hospital.

## **CONCLUSÕES**

A discussão sobre importância das práticas integrativas e complementares, entre os profissionais de enfermagem e seus benefícios sobre os usuários do Sistema Único de Saúde, sob a perspectiva de diferentes autores, possibilitou a analisar que apesar da aprovação da PNPIC está sendo estimulada há vários anos pelo MS, que elaborou um documento normativo

para fortalecer estas políticas de uso na rede de serviços do SUS, o uso dessas práticas ainda é um desafio, pois não têm profissionais suficientes e nem preparação adequada para praticá-las.

Nesse sentido sabe-se que as PICs são recursos que podem ser considerados contribuintes para promoção da saúde, prevenção e reabilitação, pois estabelecem a compreensão do processo saúde-doença, através de uma visão holística que favorecerá o processo de humanização influenciando os profissionais, os usuários, a as relações entre eles e o autoconhecimento individual. Foi evidenciado o despreparo político e técnico que impede o profissional de expansão do acesso as práticas e para a construção e qualificação do campo comum do cuidado e da promoção da saúde no SUS.

São pouca as instituições de graduação em Enfermagem que oferecem disciplinas ligadas a essas práticas no projeto político pedagógico, por tanto busca-se divulgar e contribuir para que essa inovação se integre ao cuidado da enfermagem exigindo os profissionais a buscarem contemplá-las nos currículos dos diferentes níveis de formação e a inserir novas possibilidades de atuação da enfermagem. Tornando as práticas mais conhecidas, praticadas, respeitadas e disponíveis parara toda a população fortalecendo os princípios do SUS e beneficiando toda a sociedade.

## REFERÊNCIAS

DALMOLIN, Indiara Sartori; HEIDEMANN, Ivonete Teresinha Schülter Buss. Práticas integrativas e complementares e a interface com a promoção da saúde: revisão integrativa. **Ciência, Cuidado e Saúde**, v. 16, n. 3, 2017. Disponível em: <<http://eduem.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/viewFile/33035/20958>>. Acesso em: 03/05/2018.

FREITAG, Vera Lucia et al. Reiki therapy in Family Health Strategy: perceptions of nurses/A terapia do reiki na Estratégia de Saúde da Família: percepção dos enfermeiros. **Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online**, v. 10, n. 1, p. 248-253, 2018. Disponível em: <[http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/5967/pdf\\_1](http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/5967/pdf_1)>. Acesso em: 03/05/2018.

TELESI JÚNIOR, Emílio. Práticas integrativas e complementares em saúde, uma nova eficácia para o SUS. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 30, n. 86, p. 99-112, 2016. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142016000100099&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142016000100099&script=sci_arttext)>. Acesso em: 03/05/2018.

MAGALHÃES, Mariana Gonzalez Martins; ALVIM, Neide Aparecida Titonelli. Práticas integrativas e complementares no cuidado de enfermagem: um enfoque ético. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, v. 17, n. 4, p. 646-

653, 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-81452013000400646&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452013000400646&lang=pt)>. Acesso em: 03/05/2018.

MELO, Suzane Cristina Costa et al. Práticas complementares de saúde e os desafios de sua aplicabilidade no hospital: visão de enfermeiros. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 66, n. 6, 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-71672013000600005&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672013000600005&lang=pt)>. Acesso em: 03/05/2018.

NASCIMENTO, Marilene Cabral do et al. Formação Em Práticas Integrativas E Complementares Em Saúde: Desafios Para As Universidades Públicas. **Trabalho, Educação e Saúde**, 2018. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-77462018005002108&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462018005002108&lang=pt)>. Acesso em: 03/05/2018.

PAPA, Mayra de Araújo Brum. Práticas integrativas e complementares em centros de Atenção Psicossocial: possibilidades de ampliação do cuidado em saúde. **Revista Saúde Redes**, v. 2, n. 4 p.409-417, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<http://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/sus-31452>>. Acesso em: 03/05/2018.

RANGEL, Clara Tavares; MIRANDA, Francisco Arnoldo Nunes; OLIVEIRA, Kalyane Kelly Duarte. A terapia comunitária integrativa e a enfermagem: o fenômeno e seus contextos. **Revista de Pesquisa, Cuidado é Fundamental Online**, v. 8, n. 1, p. 3770, 2016. Disponível em: <[http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/3997/pdf\\_1788](http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/3997/pdf_1788)>. Acesso em: 03/05/2018.

SALLES, Léia Fortes; HOMO, Rafael Fernandes Bel; DA SILVA, Maria Júlia Paes. Situação do ensino das práticas integrativas e complementares nos cursos de graduação em enfermagem, fisioterapia e medicina. **Cogitare Enfermagem**, v. 19, n. 4, 2014. Disponível em: <[http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-85362014000400013](http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-85362014000400013)>. Acesso em: 03/05/2018.

SALLES, Léia Fortes; HOMO, Rafael Fernandes Bel; DA SILVA, Maria Júlia Pae. Práticas integrativas e complementares: situação do seu ensino na graduação de enfermagem no brasil. **Revista Saúde-UNG**, v. 8, n. 3-4, p. 37-44, 2015. Disponível em: <<http://revistas.ung.br/index.php/saude/article/view/2005/1579>>. Acesso em: 03/05/2018.

SANTIAGO, Maria Elizabeth da Costa Felipe. Práticas Integrativas e Complementares: a Enfermagem Fortalecendo essa Proposta. **UNICIÊNCIAS**, v. 21, n. 1, p. 50-54, 2017. Disponível em: <<http://www.pgsskroton.com.br/seer/index.php/uniciencias/article/view/4646/3617>>. Acesso em: 03/05/2018.

SILVA, Tayane Bronzatto; CREPSCHI, Jaira Lopes Brandão; MILAGRES, Clarice Santana. O Conhecimento De Docentes De Enfermagem Sobre As Terapias Integrativas E Complementares No Sistema Único De Saúde. **Revista Científica da FHO|UNIARARAS** v. 5, n. 1, 2017. Disponível em: <<http://www.uniararas.br/revistacientifica/documentos/art.007-2017.pdf>>. Acesso em: 03/05/2018.